

Brasil teria um plano 'duro' contra credores

A existência de estudos sobre uma nova e "dura" diretriz do Brasil em relação à dívida externa foi revelada em Nova York pelo **Business International Money Report**, numa edição extra do dia 20 de setembro. A publicação apresenta os seguintes tópicos como os principais em discussão no Banco Central e comissões do Congresso: limitação dos pagamentos no Exterior com base no nível das reservas do País em divisa estrangeira; "rolagem" dos empréstimos atuais em prazos não inferiores a 16 anos; estipulação de juros máximos de 12% para os empréstimos; pagamento de 6% ao ano de juros na amortização dos empréstimos. O projeto trata também da autorização para abertura de agências dos bancos estrangeiros no Brasil e do financiamento de setores selecionados da economia.

A proposta brasileira deverá ser apresentada dentro de um mês ou, então, provavelmente depois das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou ainda após a reunião deste organismo. O BIMR adverte que a comunidade bancária não ficará satisfeita se o projeto for aprovado como está. O projeto não define o que entende por reservas. Mas o teto, prossegue o BIMR, é uma "pancada" de US\$ 10 bilhões ou cerca de nove meses de importações. Quando as reservas ficarem abaixo do limite estabelecido, os credores deverão entrar no canal de intercâmbio com o Exterior, que é considera-

do como pouco mais do que uma lista prioritária de pagamentos. Sobre tudo, para esse "canal", o projeto reivindica juros sobre fundos bloqueados de até 6% ao ano.

Para não deixar de oferecer alguma coisa em troca, prossegue a publicação num tom irônico, os autores do plano prevêem a abertura de filiais dos bancos e financiamento de setores selecionados da economia. Para isso, as exigências são de que a primeira das filias seja localizada no Nordeste ou Centro-Oeste do País; que o capital da mesma não seja inferior a 500 mil ORTN e que empregue no mínimo 20 funcionários locais.

"Os bancos serão autorizados a operar essas filiais em cidades com população acima de cem mil habitantes." Filiais em lugares mais interessantes dependerão do Banco Central. A publicação comenta que é altamente improvável que os bancos estrangeiros encontrem muitas cidades com mais de cem mil habitantes nas áreas idicadas, que além disso não são nada atraentes sob o ponto de vista do mercado para justificarem um investimento de 500 mil ORTN e a criação de 20 empregos. Quanto aos setores da economia para financiamento direto, o BIMR diz aos seus leitores que o comércio exterior não é tão mau assim, mas a construção civil — fonte de emprego para mão-de-obra não especializada — representa um alto risco em geral e o Brasil não é nenhuma exceção.